

## PREFÁCIO

Por Norman Madarasz  
(PPGL – PUCRS)

Não sou um filósofo da mente, mas um animal que quer mostrar,  
e ao mesmo tempo não o quer, perante uma plateia de acadêmicos,  
uma ferida que oculto sob minhas roupas,  
mas que toco a cada palavra que pronuncio.

*J. M. COETZEE, Elizabeth Costello<sup>1</sup>*

Literatura e filosofia é o tópico deste livro. A proposta: um livro-fórum em que quatorze escritores, teóricos e filósofos se juntam para discorrer a propósito de como compartilhamos as experiências de criatividade e as lutas para desafiar as ameaças às nossas respectivas práticas: escrever, teorizar, filosofar em torno de uma relação *disciplinar*. Somos, pois, acadêmicos cientes e prudentes de que a palavra possui potência para institucionalizar. Bonito, este encontro certamente poderá sê-lo, e o avaliará o leitor. Contudo, há algo mais em jogo que apenas conteúdos complexos e enriquecedores. De acordo com as várias contribuições aqui presentes, a relação entre literatura e filosofia se vive por disputa.

O acoplamento da literatura com a filosofia, e da filosofia com a literatura, parece evocar uma antiga história de amor, um drama tecido segundo as melhores intrigas de sedução, paixão e traição. Uma fica rindo das tentativas da outra de se desvincular da retórica, mas só consegue se embrulhar em infinitas explicações arruinadas a respeito do que seria a diferença entre ficção e verdade. A outra volta

---

<sup>1</sup> “I am not a philosopher of mind but an animal exhibiting, yet not exhibiting, to a gathering of scholars, a wound, which I cover up under my clothes but touch on in every word I speak.” J. M. COETZEE, *Elizabeth Costello*. New York: Penguin Books, 2003, p. 50; *The Lives of Animals*. Edited by Amy Gutmann. Princeton: Princeton University Press, 1999, p. 26; *Elizabeth Costello*. Oito Palestras. Tradução José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 81.

sempre ao papel e à letra, no momento em que vislumbra que a razão pertence finalmente aos animais, e não aos deuses. Ao fim da história, aceita-se uma partilha, com funções separadas, mas não sem arbitrariedade: a filosofia tratará da verdade, e a literatura, da ficção.

As opções para os literatos são duas: brincar de ser o *Rei Lear* do mercado e mergulhar nos verdadeiros labirintos da ficção e da *ficcionalidade*; ou então bancar o Príncipe Míchkin e subverter, como o faz Tom Stoppard com insistência, os protocolos da demonstração científica na pretensão de alcançar a realidade primeira, verdadeira.

Para os filósofos, se distribuem as máscaras do cientista da abnegação ou do artesão do *Abbau*. A ciência é uma comunidade, isto é, uma indústria, que não deixa de desprezar os filósofos, menos por discordar deles do que por rivalizar com eles. A implicação seria então explicitar o que a própria ciência esclarecida assume: é plausível conceber que a maioria dos nossos conhecimentos será superada, o que implica que são porventura errados, ou, ao menos, *ficções*. O que não sugere, de forma alguma, que sejam desprovidos de verdade. Filósofos são o avesso dos cientistas, sua luta é ocupar a terra alta, na qual ocorre, então, o processo acontecimental que transforma verdades em ficções. A falsificação é a coisa deles.

Enquanto isso, em um lugar obscuro entre Aristóteles e Armagedom, a literatura foi *criada* sem que a filosofia se dessa conta. Com tais origens dispersadas, é talvez fácil entender como *até os filósofos* esquecem que a literatura não existiu desde sempre, e tampouco que filosofia é literatura. Em um momento crítico para a filosofia no campo de sua produção francesa, Jean-Luc Nancy e Philippe Lacoue-Labarthe partiram em busca das fontes da indiscernibilidade entre literatura e filosofia, chegando ao limiar do romantismo alemão.<sup>2</sup> J. Rancière os seguiu de perto através da crítica da categoria de modernidade, categoria “histórica” esta que agiria por inércia normalizadora da força emancipadora da estética, separando, como se por dever, filosofia e literatura.<sup>3</sup> Os três autores trouxeram a confirmação de que houve no decorrer do final do século XVIII um processo, embora efêmero, em que as belas-letas e o texto filosófico se tornaram *literatura* num regime estético das artes.

Nas reflexões aqui desenvolvidas em capítulos por Imaculada Kangussu e Verlainne Freitas, se percebe naquele momento o papel de Friedrich Schiller, em

2 J.-L. NANCY e P. LACOUÉ-LABARTE, *L'Absolu littéraire*. Théorie de la littérature du romantisme allemand. Paris: Éditions du Seuil, 1979.

3 J. RANCIÈRE, *Le Partage du sensible*. Esthétique et politique. Paris: Éditions La Fabrique, 2000.

*Cartas sobre a educação estética do homem*, escrito em 1794, e dos irmãos Schlegel, pela revista *Athenaeum*, iniciada em 1798, em experimentar com uma linguagem sintética entre poesia e filosofia que adentrava um espaço literário. Entretanto, é ainda Foucault em *Les Mots et les choses* que mais parece ter se aproximado à lava fervente na qual surge uma literatura despertada por efeitos de subjetivação temporalizados que afetam singularmente o campo da *Letra*. Este despertar, esta *poesia*, derruba o referente verdadeiro, deixando soberanas apenas as medidas regulamentadas através das quais foge o som significativo do sentido fixador.<sup>4</sup>

Desta configuração surge o que Hans-Georg Flickinger, no primeiro capítulo do presente livro, chama a “atualidade” dos “impulsos mútuos” entre literatura e filosofia, engajando-se com Pirandello e Beckett no caminho. O referencial de Flickinger é adorniano, e singularmente o da *Teoria Estética*<sup>5</sup> que o leitor encontrará também no capítulo escrito por Ricardo Timm de Souza, um dos organizadores deste livro, sobre E. Levinas, e ainda naqueles de Oneide Perius e de Marcelo Leandro dos Santos sobre Kafka. A partir da perspectiva adorniana, estes “impulsos mútuos” proporcionam uma crítica política radical do capital no século XXI. Constata-se uma continuidade de formas de autoritarismo na cultura, em que o investimento em estruturas inovadoras de governabilidade e organização política se articulam prioritariamente no espaço literário (entendido como paradigma pela produção de instâncias de verdades genéricas em todas as artes).

A mencionada disputa entre literatura e filosofia se expõe nestas instâncias, e sua implicação vem subvertendo uma filosofia reduzida a reproduzir valores e modos parados de existência. Um exemplo desta experiência de criação política se encontra, sem dúvida, na obra de Clarice Lispector, analisada por Jaime Ginzburg na presente coletânea. No entanto, é a perspectiva estrutural que leva a um entendimento segundo o qual a literatura – e por que não a *filosofia*? – não existiu sempre, e mesmo nasceu recentemente. Produtos da historicidade constitutiva de conceitos, pensar filosofia e literatura exige uma determinação afinada que mantém no modo da transformação pela escrita a busca para tornar inteligível o que não é enxergado pelas recaídas banais no historicismo. É uma questão de método.

4 M. FOUCAULT, *Les Mots et les choses*. Archéologie des sciences humaines. Paris: Éditions Gallimard, 1966.

5 T. W. ADORNO, *Ästhetische Theorie*. Surkamp, 1973 [Tradução brasileira: *Teoria estética*.]

Considerem-se duas perspectivas sobre a relação entre filosofia e literatura que não diga respeito à separação disciplinar entre elas, isto é, à distinção sem união entre elas. Uma das perspectivas poderia ser denominada a crítica estruturalista à teoria literária produzida pela fenomenologia. Ao se basear na teoria literária de Michel Foucault, ter-se-á logo a possibilidade de ver que a filosofia não serve apenas para formatar uma literatura conforme seus desejos. Algo mais sutil está em jogo e ao alcance do corpo. Nesta perspectiva, a literatura vem disponibilizando uma certa lógica do obscuro, entendido a partir de sua etimologia secundária, o “fora da cena”. Conforme esta lógica, a filosofia desprovida da literatura pecará por ter excluído “objetos-chave” das suas teorias de subjetividade. Desta maneira, Foucault pode defender que, assim que o “ser da linguagem” se expressa na literatura de vanguarda modernista, a figura do sujeito da razão filosófica some.<sup>6</sup> É neste desaparecimento, que passa pela escrita e pela escritura, que a filosofia oferecerá os meios para repensar, e até rejeitar, as divisões e a disciplinarização que lhe foram impostas ao longo do século XX. Assim sendo, poder-se-á perguntar a *quem* serve separar filosofia da literatura? Longe de expressar uma vontade hegemônica intrínseca à filosofia, sua separação disciplinar da literatura não se faz sem policiamento *obscuro*.

Agora uma perspectiva literária sobre a filosofia. Seu despertar estará na questão da ficção, ou seja, na questão da verdade. É trivial hoje considerar o espaço literário como desvinculado do mundo real. O jornalismo da injustiça e as sentinelas da ciência há muito mantêm a ordem disciplinar quanto às pretensões realistas da literatura. Um conjunto de filtros estilísticos, cuja inovação e o aperfeiçoamento cabem à virtuosidade soberana do autor, inseriria a literatura em uma realidade à parte, em que especialmente a verdade *inexiste*. Por certo, generalizações pouco acrescentam à compreensão, mas então, de onde será que vem a convicção consensual de que o espaço literário é fundamentalmente fictício? Onde se calcam as verdades que deixam a estranheza do mundo perverso ser reconhecível na dimensão da experiência? Estas são, quiçá, instâncias de verdades obscenas, vividas outramente. Sendo dependente fundamentalmente da escrita para projetar um mundo, o consenso convicto organiza a seguinte concessão: só

6 Entre 1961 e 1966, Foucault explorava a relação entre o “ser da linguagem” e o apagamento do sujeito no ato de escrever numa série de estudos seminiais de teoria literária concentrada sobre a obra de Bataille, Blanchot, Sade, Flaubert e Roussel. Por exemplo, M. FOUCAULT, *Dits et écrits*, tome 1. Paris: Gallimard, 1994, p. 243, 251-2, 254-55 e 337.

existe realmente este mundo da ficção se for admitido que se trata de um mundo intrinsecamente *interior*, e de um realismo essencialmente *mágico*.

Entretanto, a verdade literária transgride esta limitação de interioridade. O seu suporte livresco é apenas o preço a pagar por se expor aos infinitos. E quando não der, quando a literatura e a sua teoria gerarem verdades de tal modo que esta interioridade nem consiga se enraizar em seu último refúgio na experiência partilhada de personagens, volta a voz autoritária do narrador, forçando as verdades a se alinharem em um enredo. Mas esta voz desafia ao se esconder na sonoridade de uma língua que fala ao ser escrita, como se viu outrora na sedução do *Inominável* de Beckett. O seu referente é nada menos que a escrita pela qual não apenas a identidade do protagonista é derrubada, mas também o plano mesmo da representação. Por esta visada, o referencial adorniano encontra as teses de A. Badiou do *Pequeno Manual de inestética*; as duas obras nitidamente afirmando que as artes produzem *verdades*.<sup>7</sup> Não surpreenderia nem a um jovem leitor infantil dizer que a literatura “fala” de verdades ao usá-las para povoar uma continuidade psíquica que retorna o mundo ao texto, e o leitor ao mundo.

Entre os autores que eliminam a diferença entre interioridade e exterioridade no espaço literário, poucos têm reforçado a indiscernibilidade estrutural entre verdade e ficção como J. M. Coetzee, no *The Life and Times of Michael K*.<sup>8</sup> Ao rasgar a continuidade entre a figura de “Michael K” com seu antepassado kafkiano, Coetzee pulveriza o espaço da repetição das identidades literárias que define, pelo menos para a casta dos eruditos, a criação literária desde as transformações cênicas de Édipo no século XVII, ou as versões expurgadas de Homero que configuraram o significado da “Antiguidade”. Se o Michael K de Coetzee leva o anti-herói existencial Josef a sua conclusão lógica, despojando-lhe de identidade racial e de capacidade organizacional, é menos por decorrência de um mente-corpo em prol da obnubilação da angústia do que o fato de viver em um corpo obstruído em seu crescimento. O colapso do político em um estado de violência paradigmático, em que existe o sistema asfíxante do *apartheid*, lhe barra o ar para respirar e encolhe o espaço para se mover. Este ultraje é compartilhado tanto pelas representações do leitor quanto pelas personagens recriadas em um estreitamento contínuo daquele

7 A. BADIOU, *Petit Manuel d'inesthétique*. Paris: Seuil, 1998 [Tradução: *Pequena Manual de inestética*].

8 J. M. COETZEE, *The Life and Times of Michael K*. London: Penguin Books, 1983.

espaço – até um limiar. Nem quando a abertura à turbulência do mal humano escapa ao cerco pacificado da “ficção”, a literatura consegue garantir verdades. Vem então o consenso com as suas histórias de alegoria e seus valores pedagógicos que tornam obscuro o processo em que a verdade se produz.

A evocação de Kafka no espaço literário que Coetzee compõe não se limita às evidências de uma letra maiúscula que já deixava de nomear um referente individualizado. A figura de Elizabeth Costello é entrelaçada com o enredo de “Um relatório para a academia”, em que um macaco transformado denominado *Rotpeter* (Pedro Rubro) ocupa o palco acadêmico na figura de palestrante.<sup>9</sup> Sua identidade histórica é subtraída, tal como a de Elizabeth Costello, esta ganhando o poder de “penetrar nos outros com o pensamento, em outras existências” – e singularmente o poder de se sentir como o macaco Pedro Rubro, “sem ironia”.<sup>10</sup> Este poder se entenderá até a mente do próprio autor Coetzee, cujo ensaio sobre realismo é citado em nota de rodapé por Elizabeth Costello num momento da sua referência a Kafka, no contexto da palestra por ela proferida sobre “Os Filósofos e os animais”.<sup>11</sup> Ao tentar responder a uma jornalista sobre como ela responderia à pergunta “o que é o realismo?”, o próprio filho da Elizabeth Costello aborda a natureza da ficção, indagando: “Não é isto a coisa mais importante da ficção, nos tirar de nós mesmos, nos levar para outras vidas?”<sup>12</sup>. Costello, quando assume a palavra, no entanto parece discordar: o realismo “é conduzido a inventar situações”, salienta ela. Isso porque o realismo desconhece a existência autônoma das ideias, sendo que estas “podem existir apenas em coisas”.<sup>13</sup>

A protagonista Elizabeth Costello pode não ser uma pessoa real, mas a sua encenação é um caso daquilo que Coetzee denomina *seriousness*. Este termo articula não tanto a passagem descritiva ao real em que estruturas semelhantes se repetem para formar a inércia da identidade, quanto outra passagem do texto ao mundo, a saber, da estética à ética.<sup>14</sup> Aí temos uma convergência entre linhas experienciais,

9 F. KAFKA, “Um relatório para a academia”, in *Essencial Kafka*. Tradução, seleção e comentários de Modesto Carone. São Paulo: Companhia das Letras/Penguin, 2011, p. 109-124 [1917].

10 J. M. COETZEE, *Elizabeth Costello*. Op. cit., p. 16 [Tradução brasileira, p. 29].

11 J. M. COETZEE, *The Lives of Animals*. Op. cit., p. 18; *Elizabeth Costello*. Op. cit., p. 44 [Tradução brasileira, p. 71].

12 J. M. COETZEE, *Elizabeth Costello*. Op. cit., p. 16 [Tradução brasileira, p. 29-30].

13 J. M. COETZEE, *Elizabeth Costello*. Op. cit., p. 7 [Tradução brasileira, p. ]

14 A. GUTMANN, “Introduction”, J. M. COETZEE, in *The Lives of Animals*. Op. cit.

pois a ação com a verdade que o espaço literário articula não prossegue afinal por meio da descrição, mas por levar a experiência além de uma sequência de limiares.

Coetzee ousa afirmar este plano da continuidade literária como precondição à filosofia. É de nossa opinião que o pensamento vivo não deveria abandoná-la. Mesmo assim, o modelo representacional da consciência elimina determinadamente esta continuidade através de um processo de filtragem por conceitos morais decorrente do campo da vivência. Por isso, e em virtude da efetividade dos processos mentais, a historicidade dos conceitos morais é melhor tratada em sua descontinuidade. Alguns fenômenos são dados, pois não haveria outra maneira de neles pensar. Tal não exclui que, por vezes, a literatura consiga encenar melhor que a filosofia o seguinte: a explicação conceitual se torna fundamentalmente uma ficção ao não tratar as condições de emergência das verdades que lhe dão corpo.

Tal é o recurso de Peter Singer em seu comentário das *Tanner Lectures* de Coetzee, que são as palestras da Elizabeth Costello em *As vidas dos animais*, incluído depois no livro epônimo. Conduzido a tomar emprestada a retórica dialógica, formada por uma discussão com a sua filha Norma sobre os argumentos de Elizabeth Costello, e do seu criador Coetzee, Singer acaba deixando fugir a realidade de sua própria “Reflexão”. As palavras finais das suas reflexões compõem uma resposta interrogativa à acusação de Norma contra seu suposto uso de “truques” estilísticos na abordagem de argumentos implausíveis. Diante da filha, Singer-pai se revolta: “Eu? Quando teria eu escrito ficção?”<sup>15</sup>.

A pior compreensão que um leitor poderia ter desta resposta seria a que concederia que aí teríamos chegado a um ponto de indiscernibilidade entre filosofia e literatura. Pior, pois o fundo do texto teria sumido e estaríamos claramente no real em que cada palavra não é apenas um veículo do verdadeiro, mas impossibilita a absolvição dos animais humanos perante as vítimas dos seus atos. Coetzee induz o leitor a concluir que a bondade final é uma mentira. No presente livro, adentrando ainda mais nas consequências da representação retórica do “animal”, o poeta Alberto Pucheu, no capítulo “Poesia, política e animais”, oferece uma análise aprofundada do investimento semântico perverso que faz da animalidade uma arma aos preconceitos racistas. Assim, o autor evoca especialmente a sua função durante a ditadura militar brasileira.

15 P. SINGER, “Reflections”, in J. M. COETZEE, *The Lives of Animals*. Op. cit., p. 91.

Portanto, o realismo que relaciona literatura e filosofia a partir de duas ocupações distintas, que os conceitos de “ficção” e “verdade” agora apontam, é uma compreensão errada de um projeto que se determinava como comum às duas. Se realismo sugere meramente descrever a realidade, mesmo em sua dimensão subjacente ou latente, então a fabricação do mundo é entregue a outros, e chegamos a um ponto em que nos convencemos da solidez de processos mentirosos de experiência. Chegamos, por outros meios, à tese avançada por J. Rancière, segundo a qual o projeto emancipador envolvido pela *relação* entre literatura e filosofia foi gradualmente e simplesmente traído pela categoria histórica da modernidade.<sup>16</sup>

No cerne da questão, o modo como escrever o real na sua historicidade. Mas será que o real é único, mesmo se pensado erroneamente através do “todo” e da “totalidade”? Se a filosofia permanece obcecada pela unicidade, é de fato a literatura que defenderá um certo realismo antirrealista que lhe incita permanentemente a se livrar das suas próprias ilusões.<sup>17</sup> No penúltimo ano da sua atuação no Collège de France, Michel Foucault apresentava um tópico complementar à sua genealogia da ética e da subjetividade quando se focou na questão de saber o que designaria o “real” da filosofia, ou seja, o “real do dizer-verdadeiro da filosofia”.<sup>18</sup> Comentando a sétima carta de Platão, Foucault enfatizou que “o próprio filósofo não deve simplesmente ser logos (discurso, somente discurso, discurso nu). Ele também dever ser *érgon*. [...] Platão] quer pôr mãos ao *érgon* (isto é, à tarefa, à obra)”. Nesta afirmação, Foucault quebra a delimitação desejada por alguns no que diz respeito àquilo com que os filósofos deveriam se ocupar:

16 J. RANCIÈRE, *Le Partage du sensible*. Op. cit. Sobretudo, o quarto capítulo, “S’il faut en conclure que l’histoire est une fiction. Des modes de la fiction”, p. 54-65.

17 A esta orientação, é possível acrescentar a crítica feita pelo autor Mia Couto ao termo “realismo mágico”. Numa entrevista ao jornal inglês *The Guardian*, Couto rejeitava e explicava um “label not created by writers. In Colombia, Mexico, Nigeria, Mozambique, it’s the real thing, not magic, and the only way to tell these stories. When an ox ‘bursts without so much as a moo’, its flesh transformed into ‘red butterflies’, this is not the supernatural, but a child’s uncomprehending perception of a land mine”. Mia COUTO, “I am white and African. I like to unite contradictory worlds”. Interviewed by Maya Jaggi, in *The Guardian*. August 15, 2015. <http://www.theguardian.com/books/2015/aug/15/mia-couto-interview-i-am-white-and-african-i-like-to-unite-contradictory-worlds>

18 FOUCAULT, *Le Gouvernement de soi et des autres*. Cours au Collège de France. 1982-1983. Paris: Gallimard, 2008, p. 21 [O *Governo de si e dos outros*. Paris: Gallimard, 2008, p. 207, 205. (Aula do dia 16/2/1983) [Tradução modificada.].



“É verdade que por muito tempo, é verdade que ainda hoje alguns pensaram e alguns pensam que o real da filosofia se sustenta com o fato de que a filosofia pode dizer a verdade, e pode dizer a verdade em particular sobre a ciência. [...] Mas parece-me que, e em todo caso é o que se marca nesse texto de Platão, há toda uma maneira de marcar, de definir o que pode ser o real da filosofia, o real da veridicção filosófica, que essa veridicção, mais uma vez, diga a verdade ou uma falsidade. E esse real se marca com o fato de que a filosofia é a atividade que consiste em falar a verdade, em praticar a veridicção perante o poder.”<sup>19</sup>

Ao reforçar que a filosofia não sempre “pôs as mãos no *érgon*”, Foucault não conclui que a filosofia seria um “construcionismo”, no sentido em que não haveria nada além de textos ou de normatividades circulando na realidade, tampouco que a teoria “construiria” esta realidade. Ao contrário, e de maneira muito mais incisiva, a filosofia mesma *terá* um real, o que em outros momentos Foucault denominava o “*a priori* histórico”. Se Foucault diminuía o uso desta última expressão ao longo da analítica do poder e dos cursos, é porque ele aproximava ao mesmo tempo uma concepção afetiva do real a uma série de práticas variáveis sobre os corpos, sobre as suas necessidades tal como sobre os seus prazeres e os constrangimentos a vivenciá-los. Retornando ao projeto realista de Coetzee, que, à sua maneira, coloca em tensão também *érgon* e logos, o contexto referencial de contar a verdade não incidirá apenas sobre ciência, mas sobre *história*. A problemática da verdade é conduzida além da escrita ao *dizer-verdadeiro*.<sup>20</sup>

O realismo não se verifica plenamente através de uma verdade inerte. Ou, pelo menos, o realismo determina que a verdade plena não é de nosso mundo, se é que é de algum. Por isso, o recurso de Foucault à literatura não constitui uma hermenêutica, mas um estruturalismo arqueológico despertado pela transformação da episteme da “representação”. Se, no contexto desta análise, o Dom Quixote é o emblemático “*héro du Même*”,<sup>21</sup> ele o é no limiar da coerência de representar. Em sua leitura do romance de Cervantes presente em *Les Mots et les choses*, Foucault não seguirá uma técnica interpretativa que se aproximaria ao projeto do romantismo a tornar inteligível a similitude clássica entre pensar, existir e sentir. A metodologia de Foucault enraíza em Dom Quixote um *inferencialismo transformacional*,

19 Ibid., p. 207.

20 Ver referência 4.

21 FOUCAULT, *Les Mots et les choses*. Op. cit., p. 60.

em que se constata o fim da era da representação em virtude da *divergência* entre a palavra e a coisa, cuja implicação é a de fazer do campo do signo uma zona de luta. Na episteme da representação, que se apaga no limiar da Idade Clássica europeia no século XVII, o saber era regido por uma ideia da representação baseada fundamentalmente sobre a similitude. A consequência disso é que, caso houvesse exceção ao saber, logo se degeneraria em delírio.<sup>22</sup> Assim, Foucault explica: “*Dom Quixote* desenha o negativo do mundo do Renascimento; a escrita cessou de ser a prosa do mundo; as semelhanças e os signos romperam sua antiga aliança. As similitudes decepcionam, conduzem à visão e ao delírio; as coisas permanecem obstinadamente na sua identidade irônica: não são mais do que o que são; as palavras erram ao acaso, sem conteúdo, sem semelhança para preenchê-las; não marcam mais as coisas; dormem entre as folhas dos livros, no meio da poeira”.<sup>23</sup> Em sua contribuição ao presente livro, Fabio Capri retoma a figura de Dom Quixote em um outro contexto, o de uma “hermenêutica existencial” que volta a tratar do conteúdo da personagem, em que o projeto vital remete a uma alteridade que se deixa enxergar no modo da morte do protagonista, e, de modo mais abrangente, da morte do Outro.

Outra perspectiva que arrisca entristecer, uma vez que Aristóteles parece ter pensado coisa semelhante: é precisamente porque conseguiu articular a sequência lógica projetiva de um estado francês muçulmano que M. Houellebecq pôde desvincular a realidade do presente daquela da verdade. Assim, em *Soumission*, não se trata de uma “predição” do futuro, embora o fator da data de 2022 sugira que “não estamos ainda aí”.<sup>24</sup> De certa forma, Houellebecq utiliza o futuro como uma artimanha assim como Foucault praticava a arte filosófica da fundamentação através da genealogia: é do presente que se trata, da sua verdade e especialmente das suas mentiras. O *seriousness* volta a agir, confirmando a potência da literatura em proporcionar mundos e princípios éticos, sejam do gosto de alguns ou não. Houellebecq em sua entrega ao contexto ético, encenada através da figura do protagonista-autor, consegue inverter a relação entre mundos “real” e “literário”, e se transforma num protagonista sonhado por todo criador que escreva a narrativa de seu próprio autor.

22 FOUCAULT, *Les Mots et les choses*. Op. cit., p. 223.

23 *Ibid.*, p. 64.

24 M. HOUELLEBECQ, *Soumission*. Paris: Gallimard, 2015.

Nesta reescrita, Houellebecq operou uma reviravolta quanto àquilo que leitores e a mídia francesa dele esperavam a partir das afirmações racistas feitas outrora contra a população muçulmana da França. De repente, Houellebecq se redefiniu em agente do obsceno, da progressão fora da civilização cristã francesa, e em articulador de um novo sentido de pertencimento étnico-nacional que prossegue a partir da lógica do contraexílio.

Dois capítulos no presente livro exploram a poética e a lógica da identidade nacional e do exílio. O canadense Ian Angus explora a experiência cultural “canadense anglófona” ao se focar sobre os termos de uma “desapropriação” da cultura canadense por uma população induzida a idolatrar o vizinho e o primo estadunidense. Mesmo suspeitosos dos interesses do poder econômico e militar estadunidense, são raros os momentos em que canadenses conseguem se convencer do valor de sua própria história e cultura, ou até mesmo de sua existência. O caso da identidade canadense ainda apresenta dificuldades lógicas. Ao contrário da epopeia da conquista e da emancipação formadora do povo francófono “canadense”, isto é, os *Québécois*, o “anglo-canadense” acaba buscando suas inspirações étnicas nos diferentes grupos asiáticos que povoaram o Canadá de maneira crescente desde os anos 1980. Encontra-se também neste livro a vida enquanto exílio na obra de Maria Zambrano, relatada conceitual e poeticamente pela filósofa argentina, Alcira B. Bonilla. A prolífica Zambrano é uma das maiores filósofas de língua espanhola do século XX, tendo passando décadas de sua vida na América Latina e voltado à sua terra natal apenas durante *la movida madrileña*.

Disso pode-se concluir que tanto filosofia quanto literatura não são apenas um texto. Depreende-se, igualmente, que o espaço da criação literária não repete uma potência *construcionista* do conceito filosófico. Texto pode bem significar tecido, mas o que conta é o *érgon*. Afinal, a filosofia não trata da verdade mais que a literatura. Ela até tratará menos, já que não é ela que *produz* verdades, e sim a literatura; tal como a ciência, o amor e a política da emancipação. Nesta configuração, o trabalho prossegue sobre as verdades produzidas pela literatura. A noção de “coordenadas da situação”, articuladas numa técnica narrativa de fotografar, é abordada por Ricardo Barberena na sua discussão do livro de Teixeira Coelho, *História natural da ditadura*. Incluir a fotografia na narrativa sugere uma ofuscação da dicotomia entre ficção e verdade. Por esta mesma razão a fotografia conseguiria se aproximar de uma “catástrofe humana antes exorcizada pelo ostracismo dos ar-

quívocos oficiais”.<sup>25</sup> A racionalização sempre escondia as informações vitais, e nada mudou na era da informação. À luz deste dado não apenas sociológico, o espaço contemporâneo de produção filosófica e literária deve problematizar as ideias de autonomia e de conhecimento longe do modelo kantiano.

Mesmo à distância dos fatos, a interpretação ainda se delimita pelo sentido. Ao contrário, o que a autonomia *situacional* oferece é uma aproximação da fonte dispersada em que um sentido genérico proporciona modos de subjetividade. Deixar a situação se organizar conforme a sua historicidade é o que Rossano Pecoraro demonstra possível, em capítulo da sua autoria, a partir de uma nova concepção de textos canônicos da Antiguidade.

Situado no espaço literário, periodizar sempre traz desconfiança quanto aos interesses manifestos, mesmo se o foco do conhecimento deve ser entendido tanto como o processo de historicidade do *érgon* quanto o do logos. Por meio da noção de limiar de formalização dos conhecimentos, ganha-se uma apreciação do contemporâneo. Mas qual seria a configuração que daria a entender o “*tardio*”? Limiar da velhice em relação à qual o futuro está atrasado? A radicalização dos velhos desprovidos de meios de expressão, dos velhos vistos apenas como fonte de gerar nichos de consumo e de investimento em fundos previdenciários, esta, está ainda por vir. Mas o estilo “*tardio*” apresenta toda a dinâmica para se tornar “incontrolável”, como mostra Justin Clemens em uma reflexão sobre o filósofo e escritor Alain Badiou. Ainda na sombra de Adorno, que ouvia *in fine* nas composições tardias de Beethoven o que, um século depois, seria o despertar da nova música clássica de Viena, Clemens identifica o estilo *tardio* em Badiou na persistente desarticulação violenta da fusão entre poema e filosofia. Trata-se da fusão, ou *sutura*, preparada pelos hospícios de Heidegger, que, outrora, levou a filosofia a preparar seu próprio aniquilamento. Contra tais momentos, pela lógica configuracional da assimetria, a literatura realista experimental se torna, sim, o outro genérico da filosofia. Que isso seja sob forma de verdade, ou de ficção.

25 R. A. BARBERENA, “O limiar entre filosofia e a poesia em *História natural da ditadura*, de Teixeira Coelho”, p.